



**Célia Antunes
Barroca**

Subsídios do Governo no âmbito do SNC – NCRF 22



**Célia Antunes
Barroca**

Subsídios do Governo no âmbito do SNC – NCRF 22

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Mestre António Rodrigues Neto, Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

O júri

Presidente

Prof.^a Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo
Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração
da Universidade de Aveiro

Arguente

Prof. Doutor Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues
Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão
do Instituto Politécnico de Bragança

Orientador

Mestre António Rodrigues Neto
Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração
da Universidade de Aveiro

Palavras-chave

Subsídios do Governo, SNC, NCRF 22

Resumo

A globalização dos mercados, articulada com a abertura das fronteiras dentro da UE, e com a diversidade de sistemas contabilísticos, acentuou a necessidade de criar um único sistema contabilístico que fosse aceite internacionalmente e, ao mesmo tempo, que facilitasse o acesso aos mercados de capitais internacionais.

Em Portugal, a normalização contabilística, sob a forma de um plano de contabilidade, iniciou-se em Portugal há mais de 30 anos, com a aprovação em 1977 do primeiro Plano Oficial de Contabilidade, que viria a ser reformulado em 1989, 1991, 1995 e 2005, culminando em 2010 com a sua total substituição por um novo Sistema de Normalização Contabilístico.

Constata-se que os procedimentos contabilísticos impostos pelo SNC, no caso particular da NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo, são mais exigentes e pormenorizados do que os previstos no anterior sistema normativo nacional, em vigor até 31/12/2009.

Apresentando um relato financeiro mais moderno e internacional e que melhora a informação financeira prestada a quem dela necessita, a aplicação da NCRF 22 permite, às entidades nacionais, evidenciar indicadores financeiros efectivamente equivalentes aos que são apresentados por outras entidades, de outros países, tais como Espanha, França e Bélgica, onde o tratamento contabilístico dos subsídios relacionados com activos não segue o preconizado na actual IAS 20 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo, possibilitando assim, a nível europeu e internacional, um melhor e maior acesso, quer a financiamentos, quer a concursos, bem como, potenciar o aumento da competitividade das empresas portuguesas, no que concerne à capacidade de reporte das suas demonstrações financeiras, em ambiente de concorrência, para uma melhor captação de fontes de financiamento internacionais.

Keywords

Government Grants, SNC, NCRF 22

Abstract

The globalization of markets together with the opening of frontiers inside the EC and the diversity of accounting systems have enhanced the necessity for the creation of only one accounting system which would be internationally accepted and, at the same time, would facilitate the access to international capital markets.

In Portugal, the accounting standards process took the form of a chart of accounts and appeared more than thirty years ago when in 1977 the first Official Chart of Accounts was approved; it would be reformulated in 1989, 1991, 1995 and 2005 when it was finally entirely substituted by a new Accounting Standards System (SNC).

It can be observed that the accounting procedures imposed by SNC, particularly concerning NCRF 22 – Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance – are more demanding and detailed than those prescribed by the former national standards system in force until 31st December 2009.

NCRF 22 offers a more modern and international financial report and provides more precise financial information; in addition, its application allows national entities the ability to highlight financial indicators accurately equivalent to the ones presented by entities from other countries such as Spain, France and Belgium, where accounting treatment of subsidies related to assets does not follow what is advised in the current IAS-20 – Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance, therefore permitting at an European and international level a better and wider access either to financing or to tenders, as well as to assistance in the increase of competitiveness of Portuguese companies concerning their capacity to carry forward their financial reports through international financing sources in a highly competitive environment.